

A SOCIOLOGIA DA TERCEIRA ONDA E O FIM DA CIÊNCIA PURA

Autor: Michael BURAWOY¹

Tradutor: Fernando Rogério JARDIM²

RESUMO: No presente artigo, Michael Burawoy critica o Programa Forte na Sociologia Profissional (PFSP) — o projeto duma ciência pura e aplicada ao conhecimento da sociedade. No lugar, ele propõe sua sociologia pública, a qual consiste no engajamento dos sociólogos com diversos públicos fora do mundo acadêmico, visando ao fortalecimento da sociedade civil. Conforme o autor, ciência social sem valores é impossível. Portanto, a questão não é livrar a sociologia dos valores, mas é saber quais valores fazem sentido no presente contexto. Aqui Michael Burawoy insere seu esquema das três ondas do capitalismo. Segundo ele, estamos hoje na terceira onda da mercantilização, na qual Estados e mercados estão em aliança contra os direitos trabalhistas e sociais conquistados contra o avanço do capitalismo no passado. Isso requer novas abordagens da sociologia (a sociologia da terceira onda) — a qual se define por assumir o ponto-de-vista da sociedade civil e a defesa dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia pública. Sociologia profissional. Sociedade civil. Valores. Direitos. Conhecimento.

A ciência pura tem esperado nos bastidores a tempestade da sociologia pública passar, mas até agora, ela não passou. Em vez disso, ela tem demonstrado inesperada força, estourando diques velhos e mal construídos. O exército dos cientistas puros já começou sua batalha pela sociologia, mas ele chegou tarde demais. Além disso, sua tecnologia é inadequada e obsoleta. Sua tentativa de salvar a sociologia tem certo ar de desespero. Os três artigos de Turner (2005), Brint (2005), Boyns e Fletcher (2005) defendem o que o último autor denomina o Programa Forte da Sociologia Profissional

¹ Meus agradecimentos a Erik Wright por seus comentários e sugestões. (N. do A.) Michael Burawoy é professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia – Berkeley – EUA. burawoy@berkeley.edu. (N. do T.)

² Mestrando em Sociologia – Bolsista CNPq. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-010 – frj.abc@ig.com.br.

(PFSP) — um programa de ciência desapaixonada e de neutralidade axiológica. Mas eles defendem isso, muito ironicamente, com torrentes de aspereza e recriminação, de paixão e política. Eles tanto protestam precisamente porque, como argumentarei, o tempo da PFSP passou (se algum dia existiu) e necessariamente se foi. No mundo contemporâneo, essa sociologia hostil a valores, à política, à diversidade, a utopias e sobretudo a públicos, não faz mais sentido (se algum dia fez). Ela só pode ser defendida sob a condição de violar suas próprias premissas.

Minha resposta a tais críticas aproxima-se dos outros artigos deste volume³, porém, começo esboçando os paradoxos do Programa Forte da Sociologia Profissional. Depois, na segunda seção do ensaio, mostro que o PFSP não é o projeto universalista que afirma ser, mas uma reação específica ao recente desenvolvimento da sociologia americana. Na terceira seção, mostro como o PFSP pertence a certo período histórico — a sociologia da segunda onda — que hoje tem sido superada. A quarta seção recorre aos ensaios de Jeffries (2005), Bonacich (2005), Chase-Dunn (2005), Putney, Alley e Bengston (2005). Mais que ressuscitar um passado já superado, esses quatro ensaios apontam para um futuro — em direção à sociologia da terceira onda, a qual incorpora a sociologia pública à nossa disciplina. Por diferentes meios, eles nos conclamam a levarmos em consideração públicos racionais e deliberativos, tais como comunidades religiosas, idosos, movimentos operários e organizações transnacionais. Em contraste com aquelas três primeiras, essas quatro últimas contribuições vêm o engajamento com públicos não como ameaça à sociologia profissional, mas como a fonte da sua vitalidade. Ademais, a diversidade desses públicos contraria efetivamente a alegação segundo a qual o marxismo é a verdadeira face da sociologia pública. A quinta e última seção da minha resposta ocupa-se do artigo de McLaughlin, Kowalchuk e Turcotte (2005), o qual reformula minha tipologia das quatro sociologias (sociologia para políticas públicas, sociologia pública, sociologia profissional e sociologia crítica)⁴ eliminando sua dimensão crítica. Eu finalizo então defendendo a sociologia crítica — a discussão independente sobre valores e princípios — como sendo a parceira essencial da sociologia pública. A sociologia crítica é parte integrante da sociologia da terceira onda, pois esta última toma para si os desafios da expansão desenfreada do mercado.

³ O presente artigo foi originalmente publicado na revista *The American Sociologist*— Outono/Inverno — 2005, como parte dum volume com outros autores discutindo a sociologia pública. (N. do T.)

⁴ Respectivamente *policy sociology*, *public sociology*, *professional sociology* e *critical sociology*. Ver Burawoy (2005) (N. do T.)

O Programa Forte da Sociologia Profissional.

Em *Backlash*, Susan Faludi (1991) não apenas revela a base social da oposição ao feminismo, mas também expõe sua ideologia “culpe-a-vítima”, segundo a qual o movimento das mulheres é inerentemente autodestrutivo. O feminismo, alegam seus críticos, fracassou em cumprir com suas promessas, não devido à oposição entrincheirada dos homens a seus objetivos, mas porque as mulheres não podem enfrentar e não desejam exercer suas novas liberdades conquistadas. Duma forma semelhante, os defensores do PFSP argumentam que a sociologia pública inevitavelmente arruinará seus próprios objetivos. Por colocar seu pé político na frente, ela derrubará a já precária legitimidade da sociologia entre públicos que são suspeitos. David Boyns e Jesse Fletcher vão além ao afirmarem (com poucos dados relevantes) que a sociologia pública só finge ser científica, escondendo sua verdadeira identidade: o marxismo (este considerado como a antítese da verdadeira ciência). Mais que fundar a unidade, sugerem os defensores do PFSP, a sociologia pública demolirá toda o edifício ao fragmentar e dividir ainda mais nossa disciplina. Muito melhor, afirmam eles, é retirar-se da esfera pública e isolar a sociologia para que sua ciência ainda imatura possa desenvolver um corpo de conhecimento coerente e unificado. Só então ela poderá ser desenvolvida para influenciar as pessoas que realmente importam: os governantes nas ante-salas do poder.

Dentre os três artigos defendendo o PFSP, o escrito por Jonathan Turner (2005) é o mais intransigente. Exigindo a união da sociologia profissional com a sociologia para políticas públicas, nos moldes duma engenharia social, para ele, deveríamos usar “o conhecimento sociológico para resolver problemas que os clientes nos apresentam” (TURNER, 2005, p. 40). Tendo aviltado a sociologia pública por sua divisibilidade, embora novamente com poucos dados relevantes, o próprio Turner propõe dividir nossa disciplina para manter a pureza da sua engenharia social. Dum lado, teríamos a sociologia científica (ou como ele prefere chamar: “a física social”) exercida por esclarecidos, especialistas objetivos, trabalhando longe das leis da sociedade; doutro lado, teríamos a “sociologia ativista” com os infieis praticando sociologia pública. Ele os rotula “extremistas”, “ideólogos”, “dogmáticos inflamados”, sujeitos à “tirania do politicamente correto”, “cavaleiros da tempestade⁵ galopando em barricadas”, “cantando petições” e “gritando sua moralidade”. Quem são esses apóstatas anônimos? Incluiriam eles os contribuintes da sociologia pública neste volume⁶: Vincent Jeffries? Norella M. Putney, Dawn Alley e Vern L. Bengtson? Chris Chase-Dunn? Edna Bonacich? Enfim: só indiretas e atitude ofensiva em vez

⁵ *Storm troopers* no original. Refere-se a soldados especiais que durante o regime nazista eram especialmente treinados para atuar em ataques violentos. (N. do T.)

⁶ *The American Sociologist*, Outono / Inverno, 2005. (N. do T.)

do exame empírico da sociologia pública verdadeiramente existente. Pode-se apenas admirar a ironia dessas acusações furiosas e infundadas terem vindo da pena dum devoto fiel da ciência objetiva e desapaixonada.

O exame empírico das sociologias públicas reais distinguiria suas formas normais das formas patológicas do trabalho sociológico, apontando para os modos pelos quais a sociologia pública degenera em populismo ou em vanguardismo. Sem qualquer prova, Turner simplesmente reduz a sociologia pública a suas formas patológicas e depois julga ser esta a única forma que a sociologia pública pode assumir. Resumindo: ele primeiro patologiza o normal para depois normalizar o patológico. Não satisfeito com tal malabarismo, Turner então acusa os apóstatas de “atacarem o dogmatismo”, quer dizer, de cometerem precisamente o mesmo erro no sentido contrário: eles reduzem a sociologia profissional à “tirania do ceticismo” (TURNER, 2005, p. 36). Aqui novamente a prova é omitida simplesmente apontando-se o dedo para supostos estudantes universitários infelizes e iludidos por alguma faculdade anônima e irresponsável.

O objetivo da manobra é claro: havendo demonizado as sociologias pública e crítica, Turner justifica a remoção desses corpos estranhos da comunidade científica. Formulando isso num vocabulário mais neutro, da perspectiva de Turner, o pólo positivo (o conhecimento instrumental da sociologia profissional e da sociologia para políticas públicas) está em irreconciliável antagonismo com o pólo negativo (o conhecimento reflexivo da sociologia crítica e da sociologia pública). Nessa visão maniqueísta, este ou aquele pólo precisa reinar absoluto: se for o primeiro, então a sociologia estará salva; se for o segundo, ela está perdida. Meu esforço para mantê-los juntos numa única divisão orgânica do trabalho sociológico é utopia.

Mas quem é utópico agora? O que é a ciência pura no coração do PFSP? Nós não ouvimos falar muita coisa sobre seus princípios, mas nós sabemos que ele rejeita quaisquer valores — muito mais que o próprio Turner rejeita a teoria da alienação em Marx, da anomia em Durkheim e da burocratização em Weber, como sendo incorretas representações axiológicas da realidade. Ele estende seu ataque ao cânon para incluir tanto Merton como Parsons, acusando-os por desenvolverem conceitos normativos e assim violarem as normas da ciência pura. O conceito de Habermas de comunicação livre e sem distorções — a realização da linguagem — é condenado como pura filosofia, sem relação com a sociologia, a qual deve lidar apenas com o que **realmente é** e não com o que **pode ser** ou **deveria ser**. Na visão de Turner (2005, p. 33), conceitos que refletem “vieses morais (...) quase sempre perdem o foco”. Eles não podem ser conceitos científicos, os quais excluiriam ferramentas metodológicas tais como o tipo ideal. Tal empirismo radical, como Max Weber demonstrou há muito tempo, é uma prática inútil. Desenvolver conceitos que espelhem exatamente a infinita multiplicidade do mundo concreto, é uma tarefa impossível. A essência

da ciência precisa se basear na simplificação, portanto, usar conceitos que são necessariamente unidimensionais [*one-sided*]. E no caso das ciências sociais, essa unidimensionalidade [*one-sidedness*] é guiada por sua orientação de valor. Ciência social sem valores é impossível.

A crítica de Steve Brint (2005) é mais ponderada. Como outros, ele critica a sociologia pública por empacotar o ativismo político numa embalagem apatidária. Meu apelo ao esforço conjunto das quatro sociologias vai mais encorajar do que impedir os conflitos. Em vez disso, segundo o autor, precisaríamos fortalecer gradualmente a sociologia profissional enquanto núcleo moral e não apenas enquanto núcleo estrutural da disciplina. Ele se afasta de Turner, portanto, ao reconhecer a importância dum conjunto particular de valores — a paixão moral que fundamenta o empreendimento científico. Em outras palavras, a paixão moral é necessária para produzir ciência axiologicamente neutra e pesquisa axiologicamente neutra. Mas Brint está apto a manter tal posição? Contra minha própria valorização da sociedade civil, ele argumenta, muito persuasivamente, que a sociedade civil contém tanto forças construtivas como forças destrutivas. Protestando contra a visão da sociedade civil como harmoniosa e como defensora espontânea da humanidade, ele insiste igualmente que os Estados e os mercados não podem ser pintados como o mal encarnado. Não menos que a sociedade civil, eles também têm seus momentos progressistas, promovendo o bem-estar público. Sua sociologia, dessa forma, não é menos cheia de valores que a minha. A questão é, portanto, que valores fazem mais sentido hoje?

Em minha réplica abaixo, eu afirmo que a visão ecumênica de Brint sobre a equivalência moral entre Estado, mercado e sociedade civil reflete certo período que tem sido superado — o período da segunda onda da mercantilização, quando os Estados defendiam a sociedade contra os mercados e quando a regulação estatal dos mercados promovia o maior bem-estar para todos. Hoje, todavia, Estados e mercados estão em conluio, juntamente promovendo a transformação da vida diária numa mercadoria [*commodification*] e a privatização da coisa pública. Tais circunstâncias requerem uma abordagem fundamentalmente nova da sociologia — a sociologia da terceira onda — que valorize a sociedade civil acima do Estado e do mercado. Defender o Programa Forte da Sociologia Profissional, atualmente, não é tão utópico como ideológico, no sentido que Mannheim deu ao termo, quer dizer, tentar restaurar uma forma regressiva de sociologia. Como todas as ideologias, o PFSP teve seu período progressista quando foi realmente uma utopia visionária (na época em que Turner ainda era estudante universitário!) Tornemos então a este período tão antigo, antes de analisar sua subsequente degeneração.

A gênese da ciência pura

O Programa Forte da Sociologia Profissional é baseado na noção de ciência pura, na qual a teoria surge do exame cuidadoso dos dados. A ciência pura se apresenta como a forma natural e universal da ciência, obscurecendo tanto as condições da sua existência como as circunstâncias históricas dentro das quais ela emergiu. Na sociologia americana, a ascensão da ciência pura remonta ao período de nascimento e de consolidação da profissão, estendendo-se desde a Primeira Guerra Mundial até os anos 1960. Ela foi uma reação contra a antiga sociologia anterior à Guerra Civil — que defendeu a escravidão — e mais enfaticamente contra a cruzada dos reformadores morais do período após a Guerra Civil — os quais propunham toda forma de cooperativas e de comunas para proteger o trabalho da tirania dos mercados. Mas a ciência pura também foi uma rebelião contra a grande ciência especulativa dos sucessores da reforma social do século XIX: os darwinistas sociais da sociologia americana do início do século XX (Lester Ward, William Graham Sumner, Franklin Giddings e Albion Small). O PFSP rejeita a unidade da ciência com a moral — o que predominou em todos esses períodos anteriores.

A sociologia profissional tem insistido há muito tempo na separação entre ciência e moral, na transformação da ciência especulativa em ciência pura — certa física social baseada no mundo empírico. A contribuição da sociologia ao mundo, nessa visão, pode consistir apenas em leis induzidas de dados sistematicamente coletados. Este foi o objetivismo da segunda geração de sociólogos americanos — William Ogburn, Howard Odum, Stuart Chapin e outros. A reivindicação deles não era que a sociologia fosse alguma ciência por amor à ciência, pelo contrário, ela devia ser aplicada ao mundo através da mediação do Estado. Ogburn, afinal, presidiu toda a pesquisa para o Comitê sobre Tendências Sociais Recentes [*Committee on Recent Social Trends*], sob a administração Hoover em 1933; e Samuel Stoffer foi comissionado pelo governo para realizar seu famoso estudo sobre o soldado americano. Após a Segunda Guerra Mundial, a sociologia foi crescentemente financiada pelo governo federal e por fundações privadas, desenvolvendo importante experiência em áreas como educação e pesquisa de mercado.

Essa pesquisa aplicada produziu sua própria reação em 1951, com a formação da Sociedade para o Estudo dos Problemas Sociais [*Society for the Study of Social Problems*], bastante crítica da íntima conexão da sociologia com as elites. Mas ao mesmo tempo que esta organização insurgente era crítica dos interesses dominantes e dedicada aos problemas dos grupos oprimidos e marginalizados, sua sociologia era, ainda assim, ligada ao Estado e particularmente a seus aparatos de bem-estar social. No decorrer desse período, desde o New Deal até o Movimento por Direitos Civis,

a idéia dum público articulado continuou latente dentro da sociologia, tendo sido sepultada por Walter Lippmann e depois pelos sociólogos da sociedade de massa nos anos 1950. O engajamento da sociologia com o mundo exterior foi largamente restrito aos clientes que podiam pagar por seus serviços.

Para ser bem-sucedida no mundo das políticas públicas, era importante que a sociologia se desenvolvesse como ciência coerente e unificada; e este era realmente o projeto da sociologia do segundo pós-guerra — seja sua unidade definida pela teoria (isto é: o estrutural-funcionalismo) seja sua unidade definida pelo método (com a aplicação das novas técnicas estatísticas). Isso visava oferecer uma frente comum com a intenção de influenciar mais efetivamente os governantes. Diferente dos economistas, entretanto, ela não tinha o *sine qua non* da governança eficaz, a saber, o monopólio do conhecimento sobre algum objeto bem definido, o qual, no caso dos economistas, era a economia de mercado. O conceito de sociedade continuava tão evasivo quanto efêmera foi a análise dos sistemas do estrutural-funcionalismo. No final, a sociologia analítica fracassou em construir o objeto característico sobre o qual teria privilégio e conhecimento experimentado, enfim, ao redor do qual poderia construir sua unidade. Sem tal objeto, a sociologia para políticas públicas jamais poderia competir com a economia ou com a ciência política; e a unidade à qual o PFSP aspirava continuaria ilusória.

O que é então a sociologia — nossa disciplina? Se ela não é definida por um objeto de conhecimento distintivo, então, como definiremos a sua unidade? Eu proponho que a sua unidade é definida por um “ponto de vista” — o ponto de vista da sociedade civil, melhor dizendo, os diversos pontos de vista da sociedade civil, uma vez que ela está longe de ser uma entidade unificada e homogênea. A sociedade civil foi uma criação congênere do capitalismo, emergida para proteger a comunidade humana da tirania do mercado. Enquanto a transformação das coisas em mercadorias pudesse ser mantida em cheque pelo Estado, a sociologia podia também colaborar com o Estado; mas quando o próprio Estado voltou-se contra a sociedade civil, a sociologia teve de se concentrar em cultivar sua relação com a sociedade civil e com os movimentos e associações que a compõe. Essa, então, tornou-se a era da sociologia pública.

Tabela 1: *As três ondas da Mercantilização e a Sociologia.*

	Primeira Onda da Mercantilização (1850-1920)	Segunda Onda da Mercantilização (1920-1970)	Terceira onda da Mercantilização (1970-hoje)
Direitos contra o mercado	direitos trabalhistas	direitos sociais	direitos humanos
Defesa social contra o mercado	Comunidade local	regulação estatal	sociedade civil global
Contribuição para a sociologia	Sociologia utópica	sociologia para políticas públicas	sociologia pública
Princípio unificador	Visão	objeto de conhecimento	ponto de vista
Ciência	ciência especulativa	ciência pura	ciência valorativa

As três ondas da sociologia.

Para desenvolver minha perspectiva da sociologia, recorro ao livro *A Grande Transformação* de Karl Polanyi (1980), que tem se tornado texto canônico na contemporânea era do neoliberalismo. A compreensão de Polanyi (1980) sobre o mercado capitalista — suas exigências políticas e tendências destrutivas, suas representações ideológicas e as reações que inspira — assentou a base duma teoria da sociedade civil e suas sucessivas elaborações dentro da sociologia. Ele forneceu as ferramentas para uma teoria da sociologia e para sua periodização, coisas inteiramente ausentes num PFSP que não pode compreender as condições de sua própria possibilidade, precisamente porque a ciência pura repudia o conhecimento reflexivo.

Karl Polanyi (1980) estudou as origens, a reprodução e as conseqüências da expansão do mercado desde o final do século XVIII até meados do século XIX. Numa elaborada cadeia de causalidade, ele entrelaçou os processos mais **micro** às forças mais **macro**. Ele derrubou a mitologia segundo a qual a criação dos mercados é endógena e, no lugar disso, mostrou a dependência deles ao Estado nacional — tanto em sua origem como em sua reprodução. Sua contribuição mais original, todavia, está na análise da maneira pela qual os mercados espalham as sementes da sua própria destruição ao “mercadorizarem o imercadorizável” [*commodifying the uncommodifiable*] (POLANYI, 1980). Trabalho, dinheiro e terra são mercadorias fictícias que perdem seus valores de uso quando são submetidas à troca. Quando o trabalho é transformado numa mercadoria — adquirida pelo capital sobre certa

base dispersa apenas para ser expelido quando não for mais necessário — ele perde a capacidade para exercer sua função na produção. Ele não gera mais o consentimento espontâneo e a participação criativa, tão necessárias à produção capitalista. Duma forma semelhante, submeter o dinheiro à troca significa que seu valor estará continuamente flutuando, causando estragos ao capital, que precisa dum contexto previsível dentro do qual organizar a produção e gerar lucro. Finalmente, a transformação da terra numa mercadoria — e nós podemos generalizar isso para o meio ambiente — destrói sua capacidade de manter a vida humana.

Em sua análise da primeira onda de mercantilização do século XIX, Polanyi (1980) concentrou-se principalmente nas autodefesas da sociedade civil contra a transformação do trabalho em mercadoria. Aqui ele se refere à emergência do movimento operário com sua luta para diminuir a jornada de trabalho, ao movimento sindical, à expansão das cooperativas e ao movimento cartista. Para Polanyi (1980), Robert Owen — tanto sua teoria como sua cooperativa em New Lanark — condensa e exemplifica a criação duma sociedade industrial contra o mercado. Nos Estados Unidos após a Guerra Civil, havia cooperativas similares, promovidas por reformadores sociais determinados a proteger a sociedade do mercado. Essa foi realmente a era da sociologia utópica.

Se a mercantilização da primeira onda foi **nacional** em suas origens, mas desencadeando reações **locais**, a mercantilização da segunda onda foi **internacional** em sua origem, mas desencadeando **reações** nacionais. Ela começou com a expansão do imperialismo no final do século XIX, foi interrompida pela Primeira Guerra Mundial, mas avançou com renovada força durante os anos 1920. A vinculação das moedas ao padrão ouro provou ser perigosa demais para economias nacionais que procuravam isolar seus mercados internos dos efeitos devastadores do comércio internacional. Esta foi a era da autodefesa nacional, ou o que Eric Hobsbawn denominou “a era dos extremos” — do fascismo ao stalinismo, da social-democracia ao New Deal. Durante esse período, a sociologia ou foi destruída, ou se tornou interessada nas questões práticas do emergente Estado de bem-estar social. Este foi o período dos direitos sociais que protegiam o trabalho contra o mercado: previdência social, auxílio-desemprego, pensões, legislação trabalhista e salário mínimo. A sociologia lidava com questões familiares, tais como desigualdade, oportunidades educacionais, pobreza, estabilidade política, organização industrial e família — tudo isso visando (implícita ou explicitamente) a desenvolver políticas estatais que regulassem as conseqüências destrutivas do mercado. Tal sociologia para políticas públicas requer uma disciplina unificada com uma ciência única — exatamente como o Programa Forte da Sociologia Profissional requer.

Polanyi (1980) pensava que a mercantilização da segunda onda resultaria no fim do fundamentalismo do mercado, já que ela havia conduzido a formas políticas

desastrosas como o fascismo e o stalinismo. No seu pensamento mais otimista, ele antecipou o socialismo futuro, no qual mercados e Estados seriam subordinados à sociedade auto-regulada. Mas, apesar das previsões de Polanyi (1980), hoje, a mercantilização da terceira onda está varrendo a Terra, tendo o Estado não mais como barreira à expansão do mercado, mas como seu agente e parceiro. O Estado, direta ou indiretamente por intermédio do mercado, assume a ofensiva contra os direitos trabalhistas e sociais conquistados nos períodos anteriores, estabelecendo um cenário completamente diferente para a sociologia, que não pode mais colaborar com o Estado para pesquisas em políticas públicas. Em vez disso, a sociologia precisa defender diretamente a sociedade civil contra as forças gêmeas do Estado e do mercado. Em outras palavras, a mercantilização da terceira onda torna a sociologia pública necessária.

Quando a mercantilização da segunda onda varreu o mundo na primeira metade do século XX, ela primeiro conduziu a uma redução dos direitos trabalhistas, mas depois levou a uma reação mais profunda por parte do Estado, como o New Deal nos Estados Unidos, trazendo à luz os direitos sociais, os quais incluíam a organização do trabalho e a regulação das condições laborais e salariais, mas também aqueles direitos relacionados ao bem-estar social — desde auxílio-desemprego a pensões, desde seguro de saúde a salário mínimo. Agora, a mercantilização da terceira onda tem-se voltado igualmente contra direitos trabalhistas e direitos sociais; portanto a questão é se a reação poderá incluir ambos numa denominação igualmente ampla. Candidatos óbvios para isso são os direitos humanos — os direitos dos seres humanos a viverem em comunidade uns com os outros, seja onde estiverem, sob quaisquer condições. A progressão dos direitos trabalhistas para direitos sociais, e depois para direitos humanos, corresponde à sucessão das mercadorias fictícias: o trabalho, o dinheiro e o meio ambiente. Polanyi (1980) tinha pouco a dizer sobre o meio ambiente, mas hoje a transformação da natureza numa mercadoria tem alcançado novas proporções, ameaçando a sobrevivência de todos e pondo em perigo a espécie humana. Existe, portanto, certa afinidade eletiva entre a defesa dos direitos humanos e a luta contra a degradação ambiental.

Mas os direitos humanos podem ser terreno enganoso, sendo explorados por nações poderosas (os Estados Unidos especialmente) para justificar todas as formas de atrocidade no país e particularmente no exterior. Se os direitos humanos forem definidos nos termos limitados do liberalismo político, eles estarão mais adaptados à expansão do que à contenção do mercado. Para assegurar a proteção do trabalho básico e dos direitos sociais e estendê-los como direitos universais da sobrevivência humana, nós precisamos iniciar uma luta pela própria definição dos direitos humanos.

Na era da mercantilização da terceira onda, a sociologia volta-se para a sociedade civil acima e abaixo do Estado nacional. Abaixo do Estado, os sociólogos constroem uma sociologia pública com comunidades locais e mesmo uma sociologia para políticas públicas ligada aos governos locais, os quais precisam lidar agora com o problema da provisão do amparo social — responsabilidade da qual o governo federal tem abdicado. Acima do Estado, a sociologia pública desenvolve-se em íntima conexão com associações, organizações e movimentos transnacionais. A mercantilização da terceira onda requer uma sociologia pública que una públicos locais numa formação global. O ímpeto da sociologia pública global é retransmitido dentro da sociologia profissional — não apenas na forma de múltiplos programas de pesquisa solícitos às necessidades e aos interesses dos diferentes públicos, mas também na forma duma bem-sucedida sociologia *dos* públicos.

Esses três períodos da sociologia não deveriam ser vistos como separados e desconexos. Formados em resposta à mercantilização, eles também se desenvolveram dialeticamente. Se as sociologias profissional e para políticas públicas repudiaram a sociologia utópica, agora, a sociologia pública combina a postura valorativa (tão central a essa última) com o engajamento disciplinado (próprio das duas primeiras). A sociologia da terceira onda substitui a busca por algum objeto único de conhecimento pela adoção de múltiplos objetos, organizados ao redor das preocupações de múltiplos públicos. A correspondente pluralidade dos programas de pesquisa combina os compromissos valorativos da sociologia da primeira onda com o conhecimento básico da pesquisa empírica da sociologia da segunda onda. O Programa Forte da Sociologia Profissional só pode se apresentar como vanguarda sociológica relegando a sociologia pública ao passado utópico da primeira onda, omitindo, conseqüentemente, tanto sua transcendência perante as ondas anteriores como sua afinidade eletiva com os desafios da era contemporânea.

Se a mercantilização da terceira onda exige reações no nível da sociedade civil global, o que nossas organizações sociológicas estão fazendo quanto a isso? A estrutura e os interesses da sociologia profissional refletem a diversidade dos públicos que podemos alcançar? Olhando para a *American Sociological Association*, vemos que ela é realmente uma organização plural — ou conforme os defensores do PFSP, uma organização desastrosamente fragmentada — dividida entre 43 seções que refletem em grande parte a amplitude dos públicos que são nossa audiência potencial e parceiros no diálogo. Para ser exato, existem seções que falam principalmente para sociólogos, como Sociologia Teórica ou Matemática, entretanto, muitas outras falam para públicos reais ou potenciais, como Sociologia Médica, Saúde Mental, Crianças e Jovens, Trabalho e Movimentos Operários, Minorias Étnicas e Raciais, Religião, etc. Concebida desse modo, a sociologia profissional consiste de múltiplos programas de pesquisa intercruzados, alguns mais desenvolvidos que os outros, cada qual com

seu próprio quadro teórico enraizado em princípios valorativos e expandindo através do combate de anomalias empíricas e de contradições internas.

A *American Sociological Association* é menos eficiente quando chega a desenvolver perspectivas globais, atingindo públicos transnacionais. Institucionalmente, a sociologia americana é a mais poderosa do mundo, mesmo que continue estranhamente paroquial. Ela possui muito mais recursos que a *International Sociological Association* (ISA), a qual, vale notar, também é dividida em 53 Comitês de Pesquisa, refletindo essa potencial variedade de sociologias públicas numa escala global. Todavia, nós não deveríamos romantizar a ISA, pois como em tantas outras organizações transnacionais, a presença da Europa e dos Estados Unidos lá é hegemônica.

Para resumir a discussão até aqui, a unidade da disciplina não é tão fundada na busca por um paradigma único, mas nas interconexões de múltiplos programas de pesquisa. Se a unidade da ciência pura requer a organização autoritária da sociologia, o que Durkheim chamaria duma solidariedade mecânica com forte consciência coletiva, a unidade da **ciência valorativa** [*value science*] é baseada numa solidariedade orgânica, envolvendo a interdependência e a complementaridade de múltiplas agendas de pesquisa. Mas mesmo isso requer algum tipo de consciência coletiva compartilhada, a saber, o ponto de vista da sociedade civil, a qual se opõe à tirania dos mercados que ameaçam a sobrevivência humana. Quando os valores formam o fundamento autoconsciente da pesquisa sociológica, a sociologia crítica desempenha papel particularmente importante, tornando manifestos aqueles pressupostos valorativos, lidando com eles e unindo-os reciprocamente. Retornarei a esse aspecto da sociologia crítica na última seção. Antes, considerarei a diversidade das sociologias públicas exemplificadas por outros artigos deste volume⁷ e a sinergia entre as sociologias pública e profissional que elas incorporam.

As variedades da sociologia pública e sua sinergia com a sociologia profissional.

Podemos ver agora por que a acusação segundo a qual a sociologia pública é marxismo mal disfarçado não tem fundamento. Os discípulos do Programa Forte da Sociologia Profissional podem apenas imaginar uma ciência monolítica, ecoando a velha aspiração da sociologia da segunda onda. Eles assim reduzem minha defesa do pluralismo a um truque político para um controle marxista da sociologia. Essa acusação é mera projeção das próprias ambições imperiais deles a favor duma sociologia dotada

⁷ *The American Sociologist*, Outono / Inverno, 2005. (N. do T.)

duma estrutura singular, unificada e homogênea. Na verdade, eu nunca fiz segredo dos meus compromissos marxistas e, indubitavelmente, caso eu fizesse uma sociologia pública, ela teria uma coloração marxista. Mas eu não represento nenhuma sociologia pública em particular. Em vez disso, defendo uma vasta gama de sociologias públicas, as quais eu nunca tentei reduzir ao marxismo. Meu marxismo sociológico, com sua ênfase na restauração do social, exige uma sociologia profissional pluralista com múltiplos programas de pesquisa correspondendo a múltiplas sociologias públicas. A história do marxismo no século XX mostrou tragicamente que, quando o marxismo domina, ele se petrifica. Para se manter como ciência e como crítica, o marxismo deve ocupar uma posição minoritária. A demonização do marxismo como dogmático e dominador é uma relíquia da Guerra Fria, quando a sociologia como ciência pura foi uma frente ideológica no cerco contra o comunismo. Aquele período acabou.

Algumas dúvidas acerca da pluralidade das sociologias públicas deveriam ser dissipadas rapidamente pelos ensaios deste volume⁸, os quais estendem-se desde a exploração do integralismo de Sorokin e sua conexão com os valores religiosos, até a nova ciência da gerontologia social, o estudo de movimentos operários e o transnacionalismo no Fórum Social Mundial. Existe pouca dúvida sobre a amplitude dos públicos a serem engajados, bem como sobre a diversidade de suas orientações de valor. Estes ensaios também demonstram, contra o PFSP, as possíveis sinergias entre três e às vezes entre todos os quatro tipos de conhecimento sociológico: profissional, crítico, público e para políticas públicas.

Uma crítica comum à sociologia pública concentra-se no seu fracasso em captar a imaginação de públicos com mentalidades diferentes daquela dos sociólogos. Vincent Jeffries responde a esta crítica com sua interpretação do “integralismo” de Sorokin. Ele mostra como a vida de Sorokin pode ser vista como um complexo movimento entre os quatro tipos de conhecimento sociológico. Profundamente envolvido nas questões sociais do seu tempo, Sorokin começou sistematizando a sociologia na Rússia, imediatamente após a Revolução Bolchevique e antes do advento da sociologia profissional. Nos Estados Unidos, seu antigo trabalho sobre mobilidade social foi uma das primeiras tentativas de análise sistemática da estratificação social. Quando foi para Harvard, em 1931, para chefiar o recentemente criado departamento de sociologia, seus projetos tornaram-se crescentemente ambiciosos, desenvolvendo grandes teorias da história, enquanto atacava o gosto da sociologia profissional pelo empirismo trivial. Ele uniu a crise da época à ascensão da cultura sensata, representada dentro da sociologia pela devoção à ciência pura. A sociologia crítica de Sorokin foi objetivada precisamente pelo PFSP, com seu afastamento dos fundamentos morais. Ele resolutamente se opôs a qualquer sociologia para políticas públicas a serviço dum

⁸ *The American Sociologist*, Outono / Inverno, 2005. (N. do T.)

cliente. Seu próprio “integralismo” combinou os conhecimentos empírico, racional e intuitivo como base duma sociologia pública para uma nova ordem moral. Pode-se dizer que ele foi um dos profetas da sociologia pública.

Jeffries (2005) admira especialmente a última sociologia de Sorokin, baseada na fé, com suas teorias acerca da bondade humana e do poder criativo do amor altruísta. A vida social, escreveu Sorokin, será mais eficazmente melhorada por meio da transformação pessoal do que através de “campanhas políticas, legislação, guerras e revoluções, *lockouts*⁹, greves e reformas urgentes.” Sorokin tornou-se mais e mais sociólogo público e crítico que sociólogo profissional, reunindo atrás de si um grupo de seguidores devotos. Continua questão aberta saber quão bem-sucedidos serão estes últimos em converter o legado sociológico de Sorokin em direção a alguma sociologia pública orgânica, comprometida com comunidades religiosas; ou em direção a alguma sociologia pública tradicional mais ampla, na linha de Robert Bellah, Andrew Greeley, Christian Smith, Rodney Stark ou Robert Wuthnow.

Se a sociologia pública de Sorokin surgiu da insatisfação com a sociologia profissional, então, o campo da gerontologia social tomou a trajetória oposta. A gerontologia social cresceu como resposta a certo público particular — os idosos — que se tornaram continuamente mais importantes com o envelhecimento da pirâmide etária das sociedades desenvolvidas. O ímpeto público inspirou desenvolvimentos que retroalimentaram a sociologia. Norella M. Putney, Dawn E. Alley e Vern L. Bengtson (2005) ilustram a complexa sinergia entre todos os quatro tipos do conhecimento sociológico. Para eles, a divisão orgânica do trabalho sociológico não é utópica; é sim a realidade dum jovem subcampo disciplinar, cujo *status* retardatário dá-lhe acesso a uma vasta gama de teorias sociológicas pré-existentes. Tal subcampo ainda precisa desenvolver uma elaborada divisão do trabalho, no qual o núcleo do conhecimento profissional desenvolva-se com autonomia perante os conhecimentos crítico, público e para políticas públicas. Os gerontologistas sociais podem ter dificuldade para compreender todo esse falatório que os rodeia. Por que motivo o PFSP julga ser o conhecimento reflexivo tamanha ameaça, enquanto, entretanto, ele aparece como a energia propulsora detrás do nosso subcampo, conectando-o a outras disciplinas?

Nosso terceiro caso oferece o exemplo da sinergia entre as sociologias profissional e pública. Edna Bonacich tem uma longa história de trabalho com o movimento operário, a começar pelo seu próprio sindicato no *campus*, a *American Federation of Teachers* (AFT), depois a *American Federation of State, Country, and Municipal Employees* (AFSCME), daí com trabalhadores em confecções quando

⁹ Refere-se à ação pela qual o empregador impede o acesso dos trabalhadores ao local de trabalho, tendo como finalidade forçá-los a aceitarem determinadas condições desvantajosas. (N. do T.)

eles ainda eram organizados pela *International Ladies Garment Workers Union* (ILGWU), passando por caminhoneiros e mais recentemente com a *Workers Guild of America* (WGA). Seu íntimo engajamento — um caso de sociologia pública orgânica — repercutiu dentro duma sociologia para políticas públicas preocupada com estratégias organizacionais, tal como a campanha contra a Guess¹⁰, mas também dentro duma sociologia profissional preocupada com o lugar do trabalho na economia global.

A narrativa autobiográfica de Bonacich (2005) enfatiza o caráter precário do diálogo entre sociólogo e público. Ela relata seus esforços em combinar independência e verdade; em esquivar-se da pressão para se tornar mera consultora remunerada para pesquisas aplicadas; em evitar a aparência de onisciência muito embora proponha importantes idéias aos sindicalistas. Como manter tão delicado equilíbrio é questão importante e Bonacich tem bastante a nos ensinar, mas aqui, desejo atentar para o que ela omite, a saber, como sua sociologia pública tem contribuído para a acumulação do conhecimento científico. Bonacich causou grande sensação nos anos 1970 com sua teoria do mercado de trabalho dividido, a qual, simplificada, afirma que as ordens raciais resultam dum compromisso de classe entre o capital e o trabalhador branco bem-remunerado, às custas do trabalhador negro mal-remunerado. Ela aplicou essa idéia com propriedade para a história de raça e de classe nos Estados Unidos e na África do Sul.

Sua sociologia pública surgiu décadas mais tarde, como resultado dum livro escrito com Richard Applebaum, *Behind the Label* [Por detrás da etiqueta],¹¹ onde analisou a difícil situação dos trabalhadores em confecções em Los Angeles. *Behind the Label* mostra como o mercado de trabalho dividido foi transformado quando o capital começou sua ofensiva contra o trabalho industrial bem-remunerado, enquanto o trabalho imigrante mal-remunerado começava a curvar sua musculatura organizacional. Num desenvolvimento não-antecipado por sua pesquisa anterior, o capitalismo global rebaixou também o salário do trabalhador industrial bem-remunerado, redirecionando as campanhas sindicais para setores mais vulneráveis da força de trabalho, formados por mulheres ou por imigrantes, frequentemente no setor de serviços — grupos do movimento operário antes considerados dificilmente organizáveis. A teoria do mercado de trabalho dividido refletiu a era protecionista da mercantilização da segunda onda. Desde então, a mercantilização da terceira onda tem recalibrado a dinâmica do mercado de trabalho, redistribuindo poder dentro da classe trabalhadora. O engajamento público dos novos estudiosos do trabalho, dentre os quais Bonacich é liderança, tem produzido um novo programa

¹⁰ Durante agosto de 1996, mais de 100 trabalhadores perderam seu emprego por tentarem organizar o sindicato na Guess Incorporated — a maior fábrica de roupas de Los Angeles. (N. do T.)

¹¹ Cf. BONACICH; APPLEBAUM, 2000.

de pesquisa e uma nova e próspera seção da *American Sociological Association*: Trabalho e Movimentos Operários. Esta é apenas um exemplo da mercantilização da terceira onda gerando uma nova sociologia pública em conexão com os avanços na sociologia profissional.

Nosso quarto caso é menos desenvolvido que os outros, mas não menos importante. Em busca duma sociologia pública em escala global, Chris Chase-Dunn (2005) chama a atenção para ondas de globalização e de anti-globalização e remete-nos à literatura sobre os movimentos sociais transnacionais. Ele anuncia suas entrevistas (ainda a serem analisadas) com ativistas no Fórum Social Mundial (muitos dos quais, como se revelou, tinham algum conhecimento em ciências sociais). Tomando o Fórum Social Mundial como seu âmbito de pesquisa, porém, ele se arriscou a romantizar a sociedade civil global e a omitir a maneira pela qual ela é decisivamente moldada por Estados e agências supra-estatais e multilaterais. Como outros comentaristas têm demonstrado, os membros crescentes das organizações transnacionais competem por recursos limitados dos mesmos Estados nacionais e fundações. Essa competição toda, muito freqüentemente, força-os dentro duma configuração mais conservadora, porque eles adaptam seus projetos às preferências desses poderosos atores. O adensamento da sociedade civil global, assim, é mais apta a amparar do que a se opor à hegemonia dos Estados e à tirania dos mercados.

Para captarmos como a mercantilização da terceira onda absorve ou destrói a oposição, pode ser mais pertinente estudarmos o choque entre os elementos insurgentes da sociedade civil transnacional e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Este órgão, com 149 países-membros, governa através do consenso, tanto que a presença de manifestantes externos freqüentemente pode dar confiança às vozes dissidentes internas e, por meio disso, subverter a vontade dos poderes dominantes — como aconteceu em Seattle (1999), Cancun (2003) e Hong Kong (2005). A missão da OMC (embora não necessariamente seus efeitos) é promover o comércio internacional, tanto que os países do Sul têm percebido ser este o lugar conveniente para protestar, por exemplo, contra os enormes subsídios que os Estados Unidos e a União Européia dão a suas agriculturas nacionais. Esses subsídios patrocinam a exportação de alimentos baratos que têm desbancado os agricultores do Sul, arruinando a agricultura local e fazendo com que o básico da sobrevivência humana dependa dos países do Norte. Se neste caso específico os países do Sul estão lutando pela expansão dos mercados, mais comumente, todavia, eles estão se defendendo contra a invasão dos mercados. Por exemplo: o Acordo Geral sobre Comércio em Serviços [*General Agreement on Trade in Services*]— esse novo programa da OMC para dar acesso ao capital multinacional aos bens públicos, aos serviços de saúde e à educação superior — é uma ameaça direta ao bem-estar social dos países do Sul. Aqui a sociologia pública pode se unir à sociologia profissional, como aconteceu na África do Sul, para estudar

os efeitos da privatização da água, da eletricidade e da saúde pública e, sobre essa base, iniciar um diálogo com os elementos da sociedade civil global, armando-os com o conhecimento necessário para enfrentarem os gigantes do capitalismo que avançam sobre a Terra. Neste volume¹² encontra-se um programa de pesquisa emergente para a sociologia econômica: uma real mudança da análise estatística do enraizamento dos mercados (quer dizer, a investigação das condições da existência dos mercados) para uma compreensão mais dinâmica dos mercados — neste caso, investigando as causas e as consequências da privatização e da transformação de todos os aspectos da existência humana em simples mercadorias.

Na era da sociologia da terceira onda, a sociologia da segunda onda torna-se uma ferramenta de análise crítica. A advertência de Brint (2005) contra a romantização da sociedade civil pode ser estendida à sociedade civil global, como apontei acima. Não menos importante é a ênfase de Turner (2005) em submeter as alegações da sociologia pública ao exame empírico, assim como sua advertência contra os perigos do populismo e do vanguardismo. Mais interessantes e originais, porém, são as críticas de Boyns e Fletcher (2005). Especialmente importante é distinção deles entre uma **sociologia para públicos** (que é a sociologia pública) e uma **sociologia dos públicos** (que seria parte integrante da sociologia profissional). Se uma sociologia pública requer uma sociologia dos públicos, por onde podemos começar? Já temos alguns tijolos para tal sociologia — de Lippmann a Dewey, de Park a Arendt, de Habermas a Fraser, de Sennett a Warner, de Blumer a Eliasoph, de Du Bois a Collins — mas ainda não temos uma sociologia dos públicos coerente. Precisamos levantar questões básicas, tais como: O que é um público? Quais são as dimensões de variação dos públicos: esparsos *versus* densos, passivos *versus* ativos, locais *versus* globais, hegemônicos *versus* contrários? Como os públicos têm variado histórica e geograficamente? Para estudar a sociologia pública comparativamente, como McLaughlin, Kowalchuk e Turcotte (2005) propõem, nós precisamos mapear as áreas nacionais dos públicos e seu arranjo dentro das esferas públicas. O que isso acarretaria? Como os públicos têm interagido entre si e se modelado reciprocamente? Assim como pergunta Brint (2005), qual é a relação entre a sociedade civil e os públicos? Como os públicos são deformados pela grande mídia? O que faz disso o meio para engajar-se com diferentes públicos? Algumas disciplinas são melhor equipadas para fazerem isso do que as outras? Estas são questões para um programa de pesquisa numa sociologia dos públicos; um programa conduzido pelo desenvolvimento da sociologia pública; um programa que deveria estar no núcleo da sociologia profissional do futuro.

¹² *The American Sociologist*, Outono / Inverno, 2005. (N. do T.)

Os fundamentos críticos da sociologia pública.

Temos dado atenção às dimensões pública, profissional e para políticas públicas da sociologia da terceira onda. Mas o que dizer sobre sua dimensão crítica? A sociologia crítica gera o esquema das quatro sociologias, o qual não surge *ex nihilo*, mas de dois conjuntos de questões, ambas firmemente estabelecidas no pensamento crítico: Conhecimento para quem? Conhecimento para quê? Se a primeira questão cria a distinção entre públicos acadêmicos e extra-acadêmicos, a segunda questão separa (analiticamente) o conhecimento para meios eficazes do conhecimento para fins últimos. Esta última distinção entre os conhecimentos instrumental e reflexivo reconhece os intelectuais (os sociólogos inclusive) como partes inerentes ao mundo estudado por eles.

A reflexividade, refletindo sobre quem somos e o que fazemos, torna-se imperativa, porque a ofensiva da mercantilização da terceira onda contra a sociedade, mesmo negando sua própria existência, tem colocado a sociologia numa posição frágil e defensiva. Ao mesmo tempo, essa inescapável reflexividade não vem às custas do conhecimento instrumental, mas é seu acompanhamento necessário. A sociologia da terceira onda contrasta conhecimento reflexivo e conhecimento instrumental, mas nunca para excluir este ou aquele. Ela recusa tanto a redução pós-estruturalista de todo o conhecimento a conhecimento reflexivo, como a redução feita pela ciência pura de todo o conhecimento a conhecimento instrumental. A sociologia não é nem um ramo da literatura, nem um ramo da física.

Embora não participem da revolta contra a sociologia pública, Neil McLaughlin, Lisa Kowalchuk e Kerry Turcotte (2005), todavia, querem dispensar o eixo instrumental-reflexivo. Fazer isso, porém, é retirar o coração da sociologia da terceira onda. A estratégia deles para tal remoção é voltar o mundo empírico contra o tipo ideal. Mas por serem tanto normativos como descritivos, os tipos ideais não são tão facilmente refutados. Vejamos o argumento deles. McLaughlin, Kowalchuk e Turcotte (2005) corretamente afirmam haver muita sociologia pública que não é reflexiva sobre si mesma. Seus exemplos são escritores bem conhecidos da sociologia pública, tais como Julius Wilson, Wright Mills e David Riesman. Na verdade, eles nem sempre estiveram engajados em diálogos com públicos, mas eles certamente estimularam o diálogo entre o público. Outro argumento ainda poderia ser formulado, como fazem Boyns e Fletcher (2005), segundo os quais esses clássicos são melhor entendidos como sendo a face pública da sociologia profissional, em vez de serem trabalhos centrais da sociologia pública. A distinção é importante, baseada em saber se o trabalho em questão foi planejado e produzido em conjunto e tendo em conta algum público real ou virtual, ou se ele se tornou “público” como subproduto

derivado da pesquisa profissional. A sociologia pública propriamente dita não é a popularização da sociologia profissional, mas é o resultado duma prática dialógica distintiva da sociologia.

Mas McLaughlin, Kowalchuk e Turcotte (2005) vão além e afirmam que não apenas a sociologia pública tradicional, mas também a sociologia pública orgânica é não-dialógica. Aqui eles apresentam pouca evidência relevante. Poderiam eles negar o momento dialógico contido nos dois exemplos de sociologia pública orgânica apresentados neste volume — os novos estudos do trabalho exemplificados por Edna Bonacich (2005) e o programa de pesquisa de gerontologia social? Na verdade, não existe diálogo perfeito nem aqui, mas isso não invalida a importância da aspiração para o intercâmbio recíproco. O fato é que o fracasso em atingir esse objetivo apenas reforça sua importância enquanto princípio regulatório. Então, afirmar que a sociologia pública orgânica falha em realizar seu próprio ideal não significa desqualificar o ideal, mas forçar-nos a pensar mais detidamente sobre as condições da sua possibilidade. Como a própria Bonacich empenha-se em salientar, a reciprocidade entre sociólogo e público é difícil de se concretizar e sempre precária, mas isso não coloca o objetivo em dúvida. Ficar frustrado com o ideal não é justificativa para rejeitá-lo, mas para redobrar nossos esforços para atingi-lo.

Tipos ideais são importantes como padrões duráveis de avaliação e de aspiração, mas eles também são internamente complexos. Cada tipo de conhecimento sociológico tem suas próprias divisões internas: a sociologia profissional tem suas dimensões crítica e pública, assim como a sociologia crítica tem seu lado profissional (certo momento carreirista necessário para simplesmente se sobreviver na academia). Desse modo, Adorno e Horkheimer, titãs da teoria crítica, precisaram buscar patrocinadores para suas pesquisas, mas essa realidade não invalida a teoria deles. Pelo contrário, isso só destaca a verdade de sua crítica: mesmo a mais empenhada reflexividade não pode escapar da ação instrumental. Isso significa que o instrumentalismo espalha-se pela vida intelectual e invade a academia — eis precisamente por que é tão importante manter a distinção entre os conhecimentos instrumental e reflexivo.

O ponto-chave pode ser resumido como segue: o conhecimento instrumental está preocupado com a adequação dos meios para certos fins, enquanto toma o mundo ao redor como dado e não-problemático. No contexto acadêmico, nós geralmente aceitamos a existência dos quadros conceituais da sociologia e passamos a maior parte do nosso tempo trabalhado dentro deles, em vez de inventarmos novos programas de pesquisa. Já no contexto extra-acadêmico, o instrumentalismo significa servir a clientes que definem os problemas e os temas da pesquisa. O conhecimento reflexivo, por outro lado, ou problematiza os fundamentos (especialmente os fundamentos axiológicos) da nossa disciplina, ou revela os princípios detrás da pesquisa prática

patrocinada pelos ricos e poderosos. A Escola de Frankfurt esteve ligada à crítica da mercantilização da segunda onda — as reações totalitárias do Estado (fascismo e stalinismo), a transformação da cultura de massa numa mercadoria e a administração das necessidades pelo Estado de bem-estar social. Sua reflexividade procurou resgatar os valores humanos do oceano da instrumentalidade, ou — nos termos de Habermas — salvar o mundo da vida da colonização do sistema-mundo.

A mercantilização da terceira onda coloca essas questões ainda mais cruamente, pois o Estado perde sua autonomia *vis-à-vis* o mercado. Nada parece estar a salvo das forças gêmeas da mercantilização: a privatização e a transformação das coisas em simples mercadorias. A própria produção do conhecimento — não apenas na mídia, mas também nas nossas universidades — está crescentemente sujeita às forças do mercado. Mais e mais as universidades ricas e prestigiadas lançam campanhas empresariais para infra-estrutura e pesquisa, campanhas publicitárias para matrículas, campanhas de incorporação de faculdades de prestígio e assim por diante, enquanto o restante da educação superior é privada de fundos, pessoal e cursos, para acelerar ganhos e reduzir gastos, enquanto aumentam as mensalidades dos estudantes. Instituições públicas por toda parte encontram-se sob ataque — desde serviços estatais que são privatizados e terceirizados ou simplesmente desaparecem, até as esferas públicas do debate político, crescentemente subjugadas pelos ditames da mídia corporativa. A degradação do que é público e a valorização do que é quase privado põe a sociologia pública no contraponto e na retaguarda, batalhando contra a tendência dominante.

Eliminar a distinção entre os conhecimentos instrumental e reflexivo — entre a lógica dos meios e a lógica dos fins, entre a lógica da eficiência e a lógica da razão — só porque há certa tendência real para o abafamento do conhecimento reflexivo — seja crítico, seja público — é render-se à mercantilização da terceira onda! Isso implica a destruição de todas as coisas públicas — vida pública, espaços públicos, serviços públicos e educação pública. Ao afastar-se dos valores, a ciência pura fica sem base para contestar a destruição das condições de sua própria existência. O que nós partilhamos como sociólogos — tanto cientistas puros como sociólogos públicos — é a defesa da nossa profissão, quer dizer, a manutenção duma arena autônoma contra os poderes corrosivos da privatização e da mercadorização. Nisso nós temos muito em comum com outros públicos fora da universidade. A sociologia pública é o reconhecimento desse interesse comum na liberdade humana e, assim, o compromisso com os direitos humanos que ultrapassam a universidade; direitos humanos que estão embutidos no ponto de vista da sociedade civil. É parte da arte da sociologia pública construir pontes e transcender diferenças entre mundos de outra maneira desconexos.

THIRD-WAVE SOCIOLOGY AND THE END OF PURE SCIENCE

ABSTRACT: *In this article Michael Burawoy criticizes the Strong Program in Professional Sociology (SPPS) — a project of pure science applied to the research of society. In its place, he proposes a public sociology, which consists in the engagement between sociologists and different publics beyond the university, aiming the strengthening of civil society. According to author, social science without values is impossible. Thus the question is not to exempt the sociology from values, but to know which values makes more sense today. Here Michael Burawoy presents his scheme of three waves of capitalism. According his analysis, we are today in the third-wave marketization, a period in which States and markets are in collusion against labor and social rights won in previous periods of advance of capitalism. This request a new approach to sociology (a third-wave sociology) — which is defined by the standpoint of civil society and by the defense of human rights.*

KEYWORDS: *Public sociology. Professional sociology. Civil society. Values. Rights. Knowledge.*

REFERÊNCIAS

BONACICH, E; APPLEBAUM, R. **Behind the Label:** Inequality in the Los Angeles Garment Industry. Berkeley: University of California Press, 2000.

BONACICH, E. Working with the labor movement: a personal journey in organic public sociology. **The American Sociologist**, Washington, v.36, issue 3/4, p. 105-120, Fall/Winter 2005.

BOYNS, D.; FLETCHER, J. Reflections on public sociology: public relations, disciplinary identity, and the strong program in professional sociology. **The American Sociologist**, Washington, v.36, issue 3/4, p. 5-26, Fall/Winter 2005.

BRINT, S. Guide for the perplexed: on Michael Burawoy's "public sociology". **The American Sociologist**, Washington, v.36, issue 3/4, p. 46-65, Fall/Winter 2005.

BURAWOY, M. For public Sociology. **American Sociological Review**, Aliso Viejo, v.70, p.4-28, Feb. 2005.

CHASE-DUNN, C. Global public social science. **The American Sociologist**, Washington, v.36, issue 3/4, p. 121-132, Fall/Winter 2005.

FALUDI, S. **Backlash: the undeclared war against woman**. Londres: Vintage, 1991.

JEFFRIES, V. Pitirim A. Sorokin's integralism and public sociology. **The American Sociologist**, Washington, v.36, issue 3/4, p. 66-87, Fall/Winter 2005.

MCLAUGHLIN, N.; KOWALCHUK, L.; TURCOTTE, K. Why sociology does not need to be saved: analytic reflections on public sociologies. **The American Sociologist**, Washington, v.36, issue 3/4, p. 133-151, Fall/Winter 2005.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. Revisão técnica de Ricardo Benzaquen de Araújo. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PUTNEY, N. M.; ALLEY, D. E.; BENGSTON, V. L. Social gerontology as public sociology in action. **The American Sociologist**, Washington, v.36, issue 3/4, p. 88-104, Fall/Winter 2005.

TURNER, J. H. Is public sociology such a good idea? **The American Sociologist**, Washington, v.36, issue 3/4, p. 27-45, Fall/Winter 2005.